

# CAPÍTULO 1

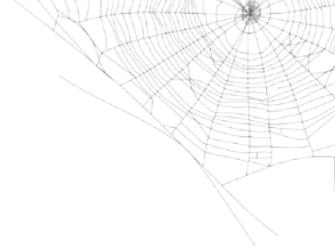
## OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL À ALTURA DO NOSSO TEMPO

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcdma01>

José Eduardo M. de Medeiros

**SUMÁRIO**

The background of the cover is a photograph of a landscape with a large spider web overlaid on it. The web is white and stretches across the entire frame. In the background, there are rolling hills and a cloudy sky. In the foreground, several people are visible, some looking towards the camera and others looking away. The overall color palette is warm, with shades of orange, yellow, and brown.



## **SER HUMANO É QUANDO O MUNDO É MENTE, PENSAMENTO E LINGUAGEM**

O intuito desta seção é deixar claro que o mundo é mediado por conceitos, de modo que agir no mundo implica também a capacidade de lidar com conceitos, com pensamento e linguagem. A condição humana é tal que todos temos que desenvolver imagens e leituras de mundo. Leituras de mundo podem ser fixadas em linguagem. Assim essas leituras se tornam representações sociais que também mudam ao longo do tempo. Nós chamamos de história o processo de mudança das constelações de significado e dos processos sociais ao longo do tempo. No entanto, o processo histórico é construído por membros individuais da espécie que também chegam ao mundo sem os componentes culturais necessários para atuar na sociedade. Cada novo membro da espécie desenvolve ao longo da vida sua representação de mundo de acordo com a caixa de ferramentas mental à sua disposição. Um dos principais aspectos na construção de mundo é a explicação. Uma explicação consiste em tomar algo na realidade como objeto na mente e trocá-lo por uma articulação discursiva e linguística ( $a=b$ ). A forma mais universal de explicação e que dominou a história da humanidade até nosso tempo segue uma lógica inspirada na ação subjetiva. O ponto de partida é a realidade existente. Então o sujeito toma como objeto na mente aquilo que existe, e precisa ser explicado, e a explicação consiste em nomear a origem que causou o objeto. Essa forma de explicação difere da forma de explicação moderna que é processual. O que existe não é mais tomado como objeto fixo que emana de sua origem ou de sua causa. Nossa época entende o mundo como processo em um contexto sistêmico de condições de possibilidade. Todo processo pode desenvolver sistemas novos que ainda não se encontravam presentes nas condições iniciais. O processo cognitivo de reconstrução histórica encontra muitas dificuldades sob o paradigma da lógica de ação subjetivista. Mas a lógica processual facilita a compreensão de que história, embora um processo subjetivo de reconstrução, é científica quando parte das condições objetivas e reais de possibilidade para o desenvolvimento de sistemas novos: novas formas de vida ou formas de organização social.



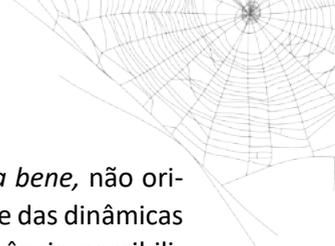
## **A NECESSIDADE DE EDUCAÇÃO SE ANEXA À CONSTITUIÇÃO ANTROPOLÓGICA**

O que esperar da educação pode ser formulado aqui sem intenções<sup>1</sup> de definir sua essência: Formar, com circunstâncias reais, as condições objetivas de possibilidade para o processo de aquisição das competências de ação no mundo; desde as capacidades sensoriais e motoras da primeira infância, passando pela formação de sujeito e objeto na mente, até as formações de entendimento do mundo e de si mesmo, estimulando a vontade de melhorar esses entendimentos, constantemente e sempre.

Um mundo que converge para um processo de conhecimento do sujeito é uma construção simbólico-medial sobre as mídias do pensamento e da linguagem. Portanto, o mundo é sempre humano, de modo que nós falamos de um mundo organizado com conceitos e mediado por pensamento e linguagem. Essas mídias, às vezes intuídas com verbos substancializados como em o “Pensar” e o “Usar” de uma linguagem para reforçar o fato de que são práticas do sujeito empírico, tem claramente uma dimensão histórica, pelo menos desde a anexação à história natural da história propriamente dita com o *homo sapiens sapiens*. A história cultural, ou história pura e simples, é construída sob condições não disponíveis aos seres humanos e preestabelecidas naturalmente e sem que ninguém as planeje ou reflita. No entanto, o tratamento mental de condições não-disponíveis as transformam em estruturas cognitivas, como no exemplo das categorias de tempo e espaço. Na forma categorial, que é a forma convertível em uma relação com o sujeito, são socioculturais, tanto no antes-agora-depois ou aqui-e-lá relativos ao sujeito, como no teor semântico concreto das estruturas que lidam com as dinâmicas e as regularidades da natureza, teor semântico contido em datas, calendários e paisagens que são recortes cognitivos do espaço. Formas categoriais contrastam, p. ex., com formas pré-categoriais que a cosmologia atual usa, pelo menos na física, e que implicam um esforço mental difícil por causa de nossa incapacidade de traduzir tais relações espaço-temporais às formas que comumente entendemos como espaço e tempo. Não poderíamos traduzir em uma relação com o sujeito sem perder parte do conteúdo científico.

---

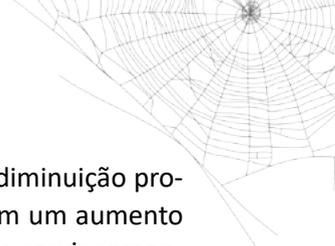
1 Não quero reduzir a educação à formação de uma razão puramente instrumental, interesseira, ao desenvolvimento de competências de ação ou à dominação de áreas temáticas e seus objetos fundamentais. Também há valor na reflexão despropositada, e no pensamento despreocupado com estratégias. Por isso, deixo aqui um citado de Horkheimer como lembrança e aviso ao leitor e a mim mesmo, de que: “O único jeito de se posicionar do lado da natureza está em desacorrentar o seu oposto aparente, o pensamento independente” (HORKHEIMER, 2007, p. 145, minha tradução).



No entanto, as categorias têm seu início temporal e, *nota bene*, não origem absoluta, na assimilação consciente das dinâmicas da natureza e das dinâmicas do organismo humano, cuja necessidade de adaptação e sobrevivência possibilita desenvolver uma harmonia entre sujeito empírico e seu ambiente, que implica marcar um compasso para as dinâmicas do organismo e as dinâmicas do mundo exterior ao sistema biológico (cf. DUX, 1989). Essas conversões de condições não-disponíveis em estruturas cognitivas não permitem outra conclusão exceto que sujeito humano e mundo só são possíveis como construções intelectuais e socioculturais.

A ação do indivíduo humano é uma ação mediada por pensamento e linguagem, e o sujeito propriamente dito não pode ser pensado de outra forma. Sujeito é o sujeito empírico, decerto, porém o corpo é desprovido de estruturas mentais ou reflexivas, sejam de sentido ou finalidade, sem as quais, no entanto, não é possível pensar o sujeito humano. Simplesmente não há na natureza formas psíquicas, nem motivos muito menos finalidades, da maneira como se apresentam aos seres humanos. Repito: a natureza é desprovida de qualquer estrutura mental antropomórfica. Estruturas de sentido e as categorias do entendimento não estão lá desde o início, nem no início da existência e do universo, nem no início da vida do indivíduo, membro da espécie. A explicação transcendental das categorias do entendimento foi uma solução temporária do iluminismo para o problema de uma natureza já entendida de modo newtoniano, sem espaço algum para estruturas intencionais ou reflexivas. Concomitantemente encontramos na teoria transcendental a consciência de que o mundo é mediado por conceitos, o que está em contraste com o entendimento moderno da natureza, na época ainda incapaz de explicar o surgimento da forma de vida humana ou de incorporar a dimensão de sentido à história natural. O expoente da filosofia transcendental, o filósofo I. Kant, ainda não sabia como compreender a emergência da forma de vida humana como um processo natural, nomeadamente o da evolução das espécies e a ontogênese humana. Por isso, a filosofia transcendental também não sabe descrever o desenvolvimento das categorias a partir de um processo, real e objetivo, de aquisição de competências de ação no mundo, senso-motoras e intelectuais, iniciado na infância de cada novo membro da espécie. Estruturas mentais se formam a partir de condições, que não tem em si ainda as estruturas elas mesmas, nem mesmo em potência como queria Aristóteles.

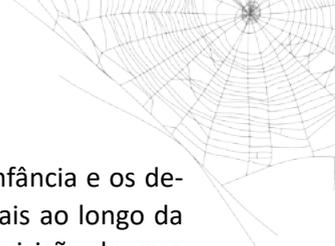
Os animais sentem dor, naturalmente, e também são seres sencientes, mas um cachorro não sente dor de dente enquanto “dor de dente”, enquanto o ser humano não pode sentir uma dor de dente sem ao mesmo tempo percebê-la como tal. Logo, nosso mundo é organizado com conceitos, e o fato de ser assim é compreensível através da reconstrução do processo de evolução das espécies até a



entrada do *homo sapiens sapiens*, cuja filogênese demonstra uma diminuição progressiva e demorada da fixação do comportamento ao instinto, com um aumento cada vez maior da autonomia. O instinto foi cada vez mais passando a servir somente como vetor de orientação ao comportamento, expandindo-se assim o espaço para ações coordenadas pela vontade sob a tutela da consciência, que formam as condições de possibilidade da forma humana de organização de mundo. Instintos foram se transformando lentamente em vetores para um espaço de comportamento cada vez mais amplo e aberto a mais possibilidades. Não é necessário que assim fosse, nem foi previsto ou planejado. Por quem seria? Muito menos a natureza tem uma finalidade na evolução. No entanto, uma vez surgindo certas condições, se abrem certas possibilidades de desenvolvimento que tem um sentido de direção que pode ser compreendido com mente, pensamento e linguagem, através do procedimento de reconstrução.

Resumindo, podemos afirmar que as circunstâncias naturais impuseram ao ser humano a tarefa de lidar com a natureza construindo seu próprio mundo em meio ao pensamento e à linguagem, após um longo processo evolutivo de perda paulatina de comportamento fixado geneticamente. Para o ser humano sobrevivente, o meio ambiente já não podia se restringir somente aos estímulos naturais com os quais o organismo está capacitado a reagir por instinto. Apesar dessa tarefa de construção de mundo ser um legado da história natural, essa circunstância natural mesma só pode ser constatada através de sentido e significado, enfim, com operações do pensamento fixadas em linguagem. Portanto a entrada do *homo sapiens sapiens* na história natural inicia algo radicalmente novo, a entrada de uma forma de vida em um novo meio: do pensamento e da linguagem, para além da natureza desprovida de intelecto, sentido, intenção, motivo, finalidade, reflexão ou mente na forma que conhecemos. Até mesmo nosso conhecimento do entendimento e da sciência, ou consciência, dos animais parte da análise do mundo como nós o entendemos. Assumir certas semelhanças e continuidades estruturais no entendimento do mundo objetivo é racional, porque também os seres humanos fazem parte da natureza. No entanto, o ponto aqui é realçar o fato de que, os processos de formação da natureza e da mente só podem ser compreendidos do lado de cá da fronteira virtual entre natureza e cultura, por apreensões intelectuais e construções de mundo disponíveis somente através de sentido e significado, com a ajuda do intelecto.

Imagens, ou leituras de mundo e a linguagem do habitat humano conhecem uma dimensão histórica, assim como as estruturas do pensamento tem um desenvolvimento ontogenético. O pensamento, com o qual todos sujeitos estão obrigados a trabalhar quando agem no mundo, tem uma dimensão ontogenética.



Exemplos são as formações de operações cognitivas ao longo da infância e os desenvolvimentos de esquemas de explicação que se tornam habituais ao longo da vida adulta. A dimensão histórica fica explícita no momento de aquisição de uma linguagem já preexistente no mundo com a finalidade de processar as próprias experiências, que cada novo indivíduo faz de um mundo preexistente e histórico de processos naturais e sociais.

As visões de mundo às quais o sujeito tem acesso são construções históricas e, felizmente, tudo aquilo que um dia foi construído pode ser compreendido através de reconstrução. Através de uma reconstrução, seguindo a linha de desenvolvimento das estruturas subjetivas de conhecimento, sobre as quais se constroem as representações sociais, e enfim, reconstruindo tais estruturas sobre as quais os sujeitos constroem os mundos de sentido históricos e desenvolvem as constelações de significado que condicionam a atividade que chamamos de entender um estado de coisas (DUX, 2011, p. 118).

Enfim, através da reconstrução se ganha um entendimento das estruturas, lógicas e dos hábitos que também nós, que nascemos depois, desenvolvemos ao longo da vida, e assim, se adquire distância dos modos mais primários de se posicionar perante a existência. “Somente quando reconstruímos o processo de formação dos mundos sobre suas condições, se experimenta algo das conexões sistêmicas. As últimas, no entanto, definem as configurações de sentido e significado e com isso aquilo, que chamamos de ‘Entender’” (DUX, *loc. cit.*, minha tradução. *Verstehen*, no original, também pode ser traduzido como “Entendimento”).

Reconstrução a partir das condições reais, objetivas e empiricamente verificáveis, que possibilitam a emergência de processos e sistemas novos, que não se reduzem às suas condições de possibilidade iniciais. História não trata de origens, das quais emanam as situações presentes, que já se encontram na origem em estado de potência. Nem que essa origem esteja no homem, de cujo caráter emanaria a forma de organização social. Muito menos deve a ciência histórica tratar uma condição inicial como substância que permanece a mesma ao longo do tempo. Essa lógica de substância estabelece uma relação de identidade entre passado e presente e impossibilita um olhar diferenciado sobre os processos históricos. De acordo com essa forma de explicação bidimensional entre o que no presente tem que ser explicado e sua explicação no passado, aquilo que encontramos no presente e precisa ser explicado é idêntico ao que está desde sempre na origem do mundo, que fornece o fundamento e a causa do fenômeno presente (DUX, 2000, p. 123).

Essa lógica, que é uma lógica de derivação, é que fundamenta o dito do filósofo pré-socrático Heráclito de que “o caráter é o destino do homem”, que é um hábito de explicação por proveniência, que se aplica a sujeitos humanos. Um hábito



adquirido no ambiente majoritariamente social da infância, marcado pelos provedores, que também são mais competentes, sem a ajuda dos quais o descendente não sobreviveria, uma vez que cada novo membro da espécie vem ao mundo sem as capacidades motoras suficientes ou as competências intelectuais necessárias para agir no seu ambiente.

A lógica de proveniência, quando usada em situações sociais, pode até fazer sentido e fornecer alguma informação real sobre os sujeitos. Porém, quando, sobre a matriz da estrutura de ação subjetiva, que é uma folha de identidade absoluta, proveniência é entendida como origem, que também é substância, até mesmo o uso dessa lógica em situações sociais fica comprometido, porque o ponto de partida se torna também o destino da pessoa: de onde a pessoa vier, ali ela se definiria, porque sempre participaria da substância de origem, da qual os traços do sujeito emanariam. “O sujeito deixa o Texas mas o Texas não o deixa jamais”. O “Texas”, entendido assim, é uma substância da qual emana a explicação de certas características mentais ou comportamentais da pessoa. Ocorre aqui o movimento típico do pensamento prístino de substancialização de semelhanças atributivas, e a temporalização da substância projetada na origem absoluta, de onde emanam os atributos.

No entendimento da existência sobre a matriz da substância uma explicação consiste em prover aquilo que tem fundamento no absoluto. Semelhanças e diferenças no comportamento, pensamento e linguagem podem ser explicadas, p. ex., as tomando por objetos na mente e procurando por trás de cada objeto sua origem-causa-substância na existência. Sendo que objetos semelhantes convergem para uma mesma substância: a substância do conceito que subsume os semelhantes. Peras e maçãs são frutas, porque participam da substância de ser fruta. Certas qualidades são inerentes às diferentes tonalidades de vermelho por causa do “Vermelho”. Uma origem, que também é causa de um evento, e que se mantém a mesma ao longo do tempo como uma substância, absolutamente idêntica a si mesmo, é um sujeito que age. Isso explica também porque a causa que vier antes é também considerada a “mais forte”, e o conceito mais abstrato é também o “mais fundamental”. Já que o mundo é organizado com conceitos é natural que o sujeito categorize os objetos e os eventos como casos de um gênero. Só que, sobre a folha de entendimento subjetivista o conceito mais concreto é ‘dependente’ do conceito mais abstrato (DUX, 1976, S. 28-34). E em última instância depende do topo da pirâmide de abstração, do princípio mais abstrato de todos (id.).

Sendo o pensamento primário assim, em boa parte da história os seres humanos entendiam o mundo sobre a precedência do espírito, do mental. A causa primeira espiritual era Deus. Na modernidade, nós aprendemos a pensar sob a

precedência da natureza, mesmo que por algum tempo, o hábito se manteve de prescrever à natureza um estatuto ontológico, o que só mostra a persistência do recurso ao absoluto original nas nossas formas de pensamento. Nossa época está a se despedir lentamente dessa lógica de representação do mundo inspirada na estrutura de ação subjetiva, que é virulenta, porque a construção de mundo recomeça do zero cultural na infância de cada novo indivíduo humano, e, desde a modernidade, começamos a aceitar explicações funcional-relacionais de sistema, multivariadas e processuais (DUX, 2011), que revolucionam a forma como a maioria dos sujeitos aculturados representam o mundo.

## **MUDANÇAS DE PARADIGMA SÃO DEMORADAS ASSIM MESMO?**

Podemos falar, então, em uma mudança de paradigma nos esquemas de explicação. O que observamos na história das ciências como mudança de paradigma, se dá nos indivíduos como mudança nas estruturas de explicação que conectam os explicandos aos seus explicantes, e que, assim, formam o esqueleto que liga as partes de um sistema de interpretação da realidade. Ou seja, muda-se o que se espera de uma explicação racional. Nós estamos vivenciando em primeira mão a mudança do paradigma subjetivista para o paradigma processual. No entanto, ainda encontramos diversos modos de pensamento reducionistas, ou abertamente absolutistas, na sociedade. Então, por que o reducionismo persiste na sociedade?

O reducionismo nos esquemas de explicação ainda estão por aí por diversos motivos. Primeiramente porque ninguém sabe tudo. Segundo porque todos nós, que nascemos depois, também desenvolvemos a lógica de explicação comum a todos os seres humanos. Terceiro, e esta é uma hipótese deste ensaio, porque não é do interesse de quem tem poder para moldar a organização social mudar essa situação. A lógica de ação subjetivista permite conceder estatuto ontológico a sujeitos poderosos, de modo que o perigo é real de que o reducionismo seja tolerado, se não utilizado intencionalmente, por aqueles que Paulo Freire (2014) chamava de opressores, que nem precisam mentir, afinal muitas vezes esses pensam assim mesmo.

Por que não há um desconforto geral com a persistência do absolutismo? Não faz mal algum para os poderosos, e os que se acham bem servidos na sociedade, pensar assim de forma reducionista, que também chamamos de absolutista. Esta é, digamos, uma armadilha organizacional da democracia. Além do mais, como veremos adiante, a forma de pensamento primária legítima qualquer forma

de poder e substancializa sujeitos, sendo útil à dominação e à imagem dos sujeitos com maior potencial de poder, conceito definido como a capacidade de externalizar intenções e motivações para modificar o mundo segundo a vontade. Mas também no cotidiano não faz mal falar que “o sol nasceu” ou que “o sol se pôs”. Os entendimentos de mundo metafísicos são, no entanto, rigorosamente lógicos e o sujeito que pensar assim sobre o mundo social tirará conclusões petrificantes para sua vida. Esses entendimentos persistem porque são recriados em cada nova infância e se cristalizam na linguagem, muitas vezes sem qualquer consequência grave, como no exemplo acima da subjetivação do sol. Só que, nós deveríamos é nos preocupar com quem não tem nem poder, nem capital, uma vez que essa lógica de construção de mundo, se não for desafiada a se transformar em ciência, leva a consequências sociais concretas, e, às vezes, nefastas para os indivíduos sem o poder mínimo de autoafirmação e de escolha de vida.

## **A LÓGICA DA DOMINAÇÃO**

Nenhuma teoria do conhecimento é mais burguesa e imperialista do que o relativismo cultural radical, que mais parece converter para o mundo das ideias a situação já consolidada da divisão de trabalho (cf. HORKHEIMER, 2007). Não há defesa possível para o postulado racista de que tais ou quais sujeitos pensam de tal ou qual forma e muito pior ainda é concluir que, por isso, seja qual for a situação presente dessas pessoas em questão, são elas mesmas que as trouxeram a esse ponto. Não. Caráter não é o destino do homem. Nós já superamos Heráclito e os pré-socráticos. Se há algo a conhecer então pode conhecer o trabalhador na fábrica da China e o cidadão urbano em Nova Iorque. Se há formas melhores de competências operacionais, então é dever de um educador, seja nas escolas, nos museus ou nas praças, estimular os sujeitos a chegarem lá. O resultado não é anarquia, e, sim, formas cada vez mais justas de democracia.

A obra de Paulo Freire, certamente, não está imune a críticas, revisões e atualizações. No entanto, uma descoberta importantíssima ninguém poderá negar. Paulo Freire fixou o achado diagnóstico para toda a posteridade: são exatamente as pessoas mais reprimidas e marginalizadas que mais precisam de educação e melhores competências intelectuais e que, porém, mais enfrentam resistências ao aprendizado. A razão pedagógica para o ciclo vicioso e trágico também está na obra do pedagogo brasileiro ainda que precisando de algumas atualizações. Segundo Freire, uma pedagogia é opressora quando enxerga o educando como uma conta de banco onde se deposita conhecimentos. O método bancário, que Paulo Freire

indica como orientando, auxiliando e justificando a opressão, é tanto sintoma de um pensamento primário, que entende o sujeito como substância, enquanto aquilo que permanece o mesmo ao longo do tempo, assim como consequência de um sistema social construído sobre relações de interesses sob condições de concorrência, isto é, relações de poder.

Primeiramente olhemos para o sistema social o qual não é prioridade desse artigo, mas não pode passar despercebido. O trabalhador assalariado e o empregador dono de capital entram em um acordo voluntário, certamente, mas negociam de pontos diferentes de partida, e com potenciais diferentes para satisfazer seus interesses. Sobre essas estruturas se construiu a sociedade de mercado, cuja estrutura entra em conflito com o ideal democrático, que converge para a possibilidade de uma vida autodeterminada para todos e cada um dos sujeitos humanos, enquanto vida em meio ao pensamento e à linguagem, enfim, materialmente acima do mínimo para a sobrevivência biológica, que seria necessariamente desumana, já que, como vimos, a própria constituição orgânica do ser humano implica uma vida com sentido (DUX, 2013). Além disso, uma forma de vida sociocultural desenvolve naturalmente desde a infância a necessidade de intimidade, enquanto enclave no mundo onde se protege das frustrações no processo de aquisição de competências sobre o mundo. Normalmente junto ao corpo dos provedores. A necessidade de intimidade se transforma ao longo da vida e em conjunto com a reorganização da sexualidade na puberdade, mais centrada nos órgãos genitais, em um contexto de procura por autonomia, formam-se as condições para o desenvolvimento do fenômeno do amor<sup>2</sup> enquanto anexação de uma vivência significativa à esfera desprovida de sentido do corpo de um outro (cf. DUX, 1994). O amor e o interesse em ganhar autonomia sobre o mundo são as condições de possibilidade da comunidade familiar, núcleo de formação da sociedade, com relações mediadas por comunicação e estruturadas pela linguagem. Assim como, obviamente, também há a necessidade de um trabalho, na melhor das hipóteses escolhido autonomamente, e que faça sentido ao sujeito, um trabalho onde a pessoa possa afirmar um pouco de si<sup>3</sup>. Esse é um problema enorme para o economista, pensador da casa, do *oikos* em grego, que afirma a lógica utilitarista, do maior bem para o maior número de pessoas, e terá que, em algum momento, justificar por que aquele número menor de pessoas não poderá ter uma vida humana.

2 Família é um assunto tão complexo, quanto amor ou trabalho. Seria impossível discutir todas essas questões aqui. Por isso sobre esses temas cf. o processo de formação da família e da sociedade em Dux (1992 & 1994).

3 Situação menos problemática nas sociedades arcaicas onde as práticas para a sobrevivência se enquadravam naturalmente aos esquemas motores do corpo, e, adquiridas desde a infância, as práticas de vida se harmonizam com as capacidades incorporadas. A situação se torna muito mais difícil na sociedade moderna com campos mais especializados de trabalho, que demandam maior tempo de formação (DUX, 1994, 2004, 2013).

Na sua forma mais cínica, o liberalismo econômico consegue conviver com o reacionarismo e a extrema-direita, que o economista enxerga como necessária para alienar o povo da satisfação de seus interesses, por medo de que isso tenha consequências nefastas ao sistema econômico e à sua casa própria, unidade nuclear da estratégia de vida, e ainda concebida como substância como o *oikos* grego ou a Casa Grande de Gilberto Freyre, onde a casa, as propriedades, a terra e a família fazem parte da substância do mundo próprio, que se define em forte contraste com a dimensão exterior do mundo e da sociedade. O economista reafirma esse desenvolvimento cínico também quando postula o desenvolvimento cognitivo e antropológico como somente posterior ao econômico, embora seja assim na sua dimensão histórica e real do caso brasileiro, nós também temos consciência de que história é uma construção humana e de que as estruturas cognitivas, subjacente aos juízos de valor e às escolhas, precedem ao consumo. Como essa lógica pode ser humanista? Primeiro se compra, se endivida, depois se aprende a reconhecer o valor do dinheiro no tempo, ou que endividamento não é saudável, ou que o que se consumiu destruiu um pouco o mundo, sua própria comunidade e sua própria existência?

Mas esse tema não deve nos ocupar tanto aqui, onde basta lembrar que, felizmente, o sistema social não é composto só de um subsistema, o do mercado, mas conhece o subsistema do poder político, que em uma democracia é usado para impor limites à lógica do mercado, e à dos políticos que também sentem necessidade de acumular capital. A forma contemporânea de formação social segue uma lógica de organização do processo de produção que tende a priorizar o capital, em detrimento do trabalho e do meio ambiente fornecedor das matérias-primas. Essa forma de lidar com o mundo não reconhece a capacidade de bancar uma vida humana para todos, por isso uma consequência da própria lógica da sociedade de mercado é que o centro democrático, composto por aqueles que se sentem bem servidos na sociedade do jeito que ela está, permita que as pessoas que vivem nas margens do sistema econômico, ou mal incluídos ou completamente excluídos, caiam abaixo do nível humano de vida, visto que, para o mercado interessado somente na multiplicação do lucro e acumulação de capital, que também significa poder, capacidade de dominação sobre outros e status, uma vida razoável é “financeiramente” impossível para todos, já que o mercado tem limites e seus atores tem consciência clara dos mesmos. A maioria deles estudou economia.

Nossas constatações tem um desenvolvimento histórico, melhor descrito por Dux (2013), mas já versam luz sobre o fato de que a extrema-direita é uma depravação do ideal democrático e uma usurpação do povo, já que esse lado político se aproveita de uma lógica de substância e identidade absoluta do pensamento pri-

mário, onde semelhanças no comportamento, pensamento e linguagem, são compreendidas como substância, na qual participam tanto o povo mais pobre, como o cidadão mais rico, de modo que o sucesso do rico pode servir de alívio psicológico para o mais pobre. Algo que não pode dar certo indefinidamente. Nem nunca deu certo, nem criou uma constituição de sociedade mais justa. Extremistas também seguem essa lógica quando pensam a sociedade. Segundo o radical, a sociedade reformada mantém algo do que era, e aquilo que se mantém é entendido substancialmente, de modo que aquilo que é o mesmo, numa outra vez, da sociedade conserva sua substância, da qual a presente situação emana. Logo, se essa substância estará preservada no futuro, então no futuro emanará a mesma configuração social que se verifica no presente. *Hélas!* A questão da justiça não se resolve assim.

Resumidamente, como essa lógica facilita dominação, é provável que sempre encontrará sua expressão nos partidos políticos e sua aceitação nas estruturas da sociedade de mercado.

E por que facilita a dominação? Fundamentalmente porque não é uma forma de pensamento histórica e sim mítica, que parte da realidade como ela se encontra, vai à sua origem procurando sua explicação, pressupondo em potência na origem a realidade no estado presente, para ver a “realidade como ela é” sair da origem, do mesmo jeito que ela já se encontra perante o indivíduo. Ou no início tudo estava ao contrário, p. ex. as mulheres detinham o poder, até que algum ato traga a situação presente à tona, como uma rebelião dos homens que meio que já estava para acontecer ou se encontrava em estado latente. Ou no início algum ato divino deu início à realidade como ela é. Normalmente um ato de criação sucede o nada, que é o repouso antes da ação. Nessa forma de entendimento temporal, o nosso tempo é continuação daquele ato inicial. Assim é possível viver no campo de ação do divino. Porém, essa estrutura não permite uma tomada de consciência de que as formas de organização social são humanas e construídas a partir de condições objetivas. As coisas sempre foram assim, e assim sempre serão. Enfim, assim sempre serão, segundo esse entendimento primário, se e somente se mantivermos a ordem do ato inicial, visto que toda ação tem uma duração: começo, meio e fim. No fim de uma ação há um retorno àquele repouso antes do ato. O medo de retorno ao nada, do fim da existência, também tem seu papel a cumprir na manutenção da constelação social do jeito que se apresenta. O pensamento primário não separa ordem social da ordem natural. Aliás, de acordo com essa leitura de mundo até a natureza esconde forças subjetivas.

Vide o trabalho sobre as marcas que as relações extrafamiliares deixam nas relações intrafamiliares com especial atenção às relações dos casais em sua dimensão histórica de G. Dux (1992). Embora amor, que sempre houve na história,

implique igualdade, ou pelo menos disponibilidade para cooperação, também sempre surgiram desigualdades. A realidade é uma de interações humanas concretas e possíveis de compreensão histórica, horríveis para o interesse dos membros femininos da espécie de ganhar autonomia, mas as interpretações dos povos arcaicos, e de nossos contemporâneos excluídos dos avanços do conhecimento histórico, escondem a construção da realidade com mitos. Um estado de coisas que pode dificultar a revolta dos oprimidos os quais sabem se voltar contra as pancadas braçais, mas não sabem como se voltar contra a sociedade (id.).

Mas o que nos interessa no presente artigo é entender essa forma de pensamento com a qual aquela pedagogia criticada por Paulo Freire como “método bancário” é pensada, e que interpreta o educando como uma conta de banco a se depositar competências para o mercado de trabalho, para que, assim, possamos compreender como, de acordo com essa forma de pensamento, o método bancário não só parece legítimo e razoável, como indispensável e único. A questão também não é tanto o acento na preparação para o mercado de trabalho, afinal todos nós estamos diante da tarefa de nos posicionar na sociedade de mercado, para conseguirmos o meio de sobrevivência que é, nessa constelação social, o dinheiro. No entanto, não é necessário para isso, o uso do medo, da ameaça, e da redução da vida à sua dimensão econômica, como vemos acontecer ainda hoje. O problema maior é que o “método bancário” não parece razoável somente para o educador como também para o educando.

Adiantando a resposta: o hábito de tomar algo como objeto na mente, projetando sua essência na existência, para procurar a realidade por trás da aparência do objeto em sua essência absoluta, tanto substancializa sujeitos como sujeita objetos. Não é que o conhecimento seja coisificado ou reificado. Muito pelo contrário! Ele é antropomorfizado. Um assunto escolar qualquer é tomado como objeto e projetado na existência dogmaticamente, de onde esse assunto tem que agir como um sujeito humano para causar a evidência ou o convencimento em uma outra pessoa. Uma vez existindo um conhecimento de matemática ou de geografia, esse conhecimento precisa literalmente se revelar para um outro, fazendo o caminho contrário da descoberta, passando por trás das aparências até reaparecer como o mesmo assunto outra vez, na cabeça de uma outra pessoa. Só que, como assuntos ou temas não agem, e age somente o professor, o último passa a ser entendido como causa primeira do aprendizado. Quando voltada para o estudante, a forma de pensamento opressora enxerga uma substância a ser preenchida com conhecimentos. No polo emissor se sobressai o aspecto de sujeito. No receptor o de substância, que é aquele centro virtual projetado nos objetos, à qual dirigimos variações de comportamento. A lógica é a mesma. Assim, o professor é origem, um

sujeito-substância. O aluno é substância que age, uma substância-sujeito. Eis a lógica que consegue justificar a dominação no plano das interpretações.

Essa lógica é comum a todos os seres humanos, porque é desenvolvida na primeira infância. Quando uma criança tenta alcançar o seio materno e não consegue, ela então procura por um sujeito por trás do objeto que, agindo, causou a mudança. Além disso, o processo de coordenação motora está sob domínio do controle da consciência humana, de tal modo que o sujeito tem que refletir sobre si mesmo, enquanto agente ativo, para corrigir e coordenar seus movimentos no mundo. O sujeito vai ganhando consciência de si e concomitante acontece o processo de formação do objeto na mente, em que não só o sujeito se percebe como um princípio ativo existente, como esse princípio de ação é usado na estrutura de explicação de objetos e eventos no mundo. A explicação é formulada somente quando um problema aparece no campo de experiência, ou uma frustração no campo de ação, e esse modo *ad hoc*, para devidos fins, é uma das características fundamentais de um esquema de explicação, que explica o como e o porquê ao mesmo tempo.

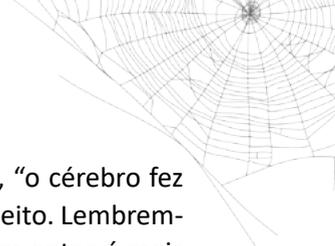
A lógica primeva forma um hábito de pensamento que se cristaliza na estrutura de sujeito e predicado da linguagem. Isso significa que o mesmo indivíduo pode conviver com conhecimentos materiais avançados, operações mentais complexas, ou conhecimentos práticos, coordenando complexamente diversos elementos em um campo de ação, concomitantemente com explicações simplórias para diversos outros elementos do mundo, com os quais ele não tem intimidade. O físico pode explicar toda a cosmologia cientificamente e ainda assim se ver tentado a reduzir a forma de organização humana às partículas enquanto origem absoluta, embora reconheça a irredutibilidade de sistemas biológicos aos sistemas físicos.

O cidadão urbano moderno pode ter uma compreensão bem complexa de tudo que lhe aparece do lado do objeto, mas quando volta a sua atenção a si mesmo, utiliza normalmente uma lógica absolutista, onde o sujeito é capaz de tudo, até mesmo de criar suas próprias circunstâncias sociais. Esse indivíduo moderno conhece diversos aspectos da sociedade e é capaz de manipular diversas circunstâncias sociais e institucionais, de modo que vai levando desde a infância consigo aquela percepção de si como um princípio ativo no mundo, nada mais natural, e quanto mais sucesso, menor a necessidade de questionar a sua percepção de si como poder de agir no mundo. Teoricamente, se perguntado e provocado a dar uma explicação racional, esse cidadão até reconheceria que seu sucesso estava desde o início sob condições que não estavam à sua disposição, como o nascimento numa família rica, sua herança de capital, ou circunstâncias quaisquer que não estavam sob seu controle. Mas, talvez por falta de frustração, ele também pode se explicar, até para ele mesmo, como um sujeito absoluto, como demiurgo de sua própria condição.

Lembrem-se daquilo que Durkheim dizia e que Adorno gostava de repetir que o sistema social se torna perceptível no momento da dor, ou do fracasso. Quando se procura um emprego e não se acha, ou quando se é demitido, aí então se sente na pele a resistência dos fatos sociais. No caso da sociedade brasileira há um exemplo muito mais claro. Quando um jovem estuda alguma matéria, descobre uma aptidão, continua sua educação até se formar, para descobrir então o valor da matéria na formação de cidadãos maduros, autônomos e livres, construtores de uma constituição de sociedade mais justa, o jovem então se forma em licenciatura para se tornar professor no ensino fundamental ou médio, e quando acha um emprego recebe um salário miserável. Esse salário é a sociedade brasileira dizendo, cordialmente, “olá”. Não foi o sujeito que se formou em licenciatura que definiu o próprio salário como baixíssimo, mas a situação é consequência do sistema social. Somente um sujeito divino e demiúrgico pode definir seu próprio salário, mas somente um muito inocente, se colocaria um salário baixíssimo!

Um sujeito que é demiurgo de suas próprias condições é um sujeito absoluto, e foi esse sujeito absoluto, que enxerga o mundo como mera possibilidade lógica, que a filosofia moderna e contemporânea ‘assassinou’, e não o sujeito empírico, que nunca deixou de existir e continua sendo o agente e construtor de sua vida, sob certas condições que limitam sua ação no mundo. O entendimento da realidade objetiva somente como mera possibilidade de ser tomada por objeto está submetido à estrutura de ação subjetiva, já que, de acordo com essa forma de pensamento, o mundo objetivo está lá fora somente em potência, assim como uma ação subjetiva tem que ser primeiro elaborada por um sujeito, planejada, para somente em um passo seguinte ser executada de acordo com a vontade do indivíduo se tornando ato ou fato consumado. Porém, e um grande porém é esse, o mundo é real; e mais, preexiste ao sujeito.

As formas de absolutismo são diversas. Há também o absolutismo da sociedade. Obviamente as ações do sujeito também levam em conta as circunstâncias socioculturais e as incorporam à própria subjetividade. Mas o sujeito não é um construto sociocultural porque a sociedade age demiurgicamente nele. Na realidade só age mesmo o indivíduo humano, confrontado com circunstâncias socioculturais, que o indivíduo humano leva em conta ao agir no mundo. No entanto, entendidos daquela forma absoluta, o mundo e os outros são considerados simples possibilidades de que o sujeito os tome como objeto. No absolutismo subjetivo, único sujeito no mundo é a pessoa ela mesma. No absolutismo da sociedade, único ator é a sociedade, as instituições. No absolutismo da natureza já foram atores principais os átomos do pré-socrático Demócrito, e hoje temos o cérebro que tomou o lugar substancial e absoluto da alma. O filósofo H. Schmitz chama esse fenômeno



de mitologia contemporânea onde se fala que “o cérebro fez isso”, “o cérebro fez aquilo outro”, dando ao cérebro todas as particularidades de um sujeito. Lembrem-se que sob a estrutura subjetivista de pensamento a causa que vem antes é mais forte. Assim como os pais, ou qualquer provedor, eram mais competentes.

A lógica de ação subjetivista explica outra idiosincrasia moderna no modo de pensar a sociedade. Se o sujeito urbano tem sucesso é porque é aplicado e trabalhador, o que o leva a uma conclusão também presa à lógica da origem que é absolutista, binária e é uma lógica de derivação, onde se deriva de uma premissa exatamente uma conclusão. Se ele, cidadão de sucesso, é dedicado, quem não conseguiu se incluir no mercado, seja pelo motivo que for, é um preguiçoso. Nós não podemos, nem deveríamos rejeitar a constatação do burguês médio de que certa competência é necessária para se afirmar no mundo e na sociedade de mercado, constituída sob relações de poder e de propriedade. Essa é realmente uma tarefa difícil e por isso não é realista também esperar que haja programas de transferência de renda sem nenhuma cobrança de desempenho. Mas a conclusão tirada assim, a partir de somente uma premissa, não é feita a partir de uma reconstrução concreta e realista dos processos de formação da vida alheia, construída sobre condições de possibilidade reais, objetivas e não disponíveis aos agentes. A conclusão, de que o excluído é um preguiçoso, é fruto dessa lógica reducionista de derivação, cujo hábito se desenvolve em toda infância de cada membro da espécie, e é por isso, nas palavras de Dux, virulenta<sup>4</sup>: a lógica de ação subjetivista.

Agora também é fácil entender como ao adjetivar o excluído de “preguiçoso” a discussão chega a um fim, porque se achou o princípio do problema em uma estrutura subjetiva. Quando se opera sob a lógica de ação subjetivista uma explicação encontra repouso somente quando acha um princípio que se coloca a si mesmo no mundo. Só que, sujeitos realmente são capazes de dar início a eventos a partir de suas ações. Aliás, assim como um sujeito que pode refletir criticamente sobre si, se conhece como usuário do pensamento e não como objeto do pensamento, também um ato intencional-reflexivo chega a um impasse crítico naquele limite da reflexão consciente onde sujeito pensante é idêntico ao objeto pensado. Além disso, quando age no mundo o sujeito é aquele que se movimenta a si mesmo. Logo, uma causa primeira tem que ser uma que se coloca a si mesma no mundo, e por trás da qual não pode haver mais nenhuma outra causa, sob pena de contradição em princípio ou de reabertura da cadeia causal.

---

4 Preconceitos são virulentos por motivos análogos. O pensamento primário é concreto e prototípico, faz uso de imagens concretas na assimilação de conceitos, além de ter uma capacidade de associação exótica, onde a menor semelhança pode servir de identidade que converge para uma substância do conceito comum. Adicionando a isso o fato de que políticos enxergam vantagem em eleitores preconceituosos temos assim os ingredientes da bomba-relógio que é desatada todo dia pelos bravíssimos educadores brasileiros. Eternamente mal pagos. Tragédia!

A discussão sempre termina, somente quando se acha essa causa que causa a si mesmo. Enfim, a procura por explicação acaba quando se acha o absoluto que Hegel já chamava de substância-sujeito, tornando público o seu absolutismo. A adjetivação também ilumina um aspecto muito importante para entendermos a lógica de ação subjetivista. A preguiça traz para a discussão a categoria da vontade, da má vontade ou da falta dela. A categoria da vontade é conveniente a um sujeito, porém a exclusão de um sistema teria de levar em conta o próprio sistema, do qual o sujeito está sendo excluído. Só que, os processos sociais com características de sistema não conhecem a categoria de vontade. Portanto, a própria reparação da categoria da vontade na discussão de um problema complexo é mais um resquício da lógica subjetivista. Um entendimento de mundo assim ainda está antropomorfizando o mundo, subjetivando os objetos e não poderia estar mais longe da crítica do conhecimento da idade moderna e das explicações científicas que são processuais. Os valores demiúrgicos de Max Weber também são exemplos desta forma de pensamento arcaica, já que, em momentos de indecisão científica, apresentam categorias subjetivas para realidades objetivas. A vontade, assim como os valores são categorias absolutistas (DUX, 1987), e, francamente, obscurantistas.

Exemplos dessa lógica primeva podem ser vistos também em enunciados como “a neve é branca”, quando parece afirmar que a cor deriva, emana, ou é alguma propriedade da neve, embora a explicação científica tenha que reconstruir todo o processo, passando pelas propriedades da luz e os processos físicos do objeto, as constâncias da ótica, e os processos físico-químico-biológicos até as qualidades subjetivas incomensuráveis do sistema orgânico receptor, irreduzíveis aos processos físicos que são temporalmente anteriores. Lembre-se o leitor de que a cor não está “no” cérebro enquanto sacola ou vasilha que armazena experiências. “Dentro do cérebro” como “dentro da alma” são expressões equivalentes e ultrapassadas, cientificamente incorretas. Outro exemplo, este usado por Günter Dux (1982), é a situação em que se pergunta pela razão dos juros altos para créditos, e se responde, que é porque “o banco central levantou os juros”, como se o banco central fosse um sujeito agindo no mundo. Esse modo de explicação reduz toda a complexidade, como o do sistema socioeconômico e do sistema financeiro, a uma simples ação institucional, como se instituições agissem sem os seres humanos. Também as decisões do banco central são compreensíveis através de reconstrução, e estão sob condições apreensíveis racionalmente.

O importante é ressaltar que nossa compreensão dessa lógica de leitura do mundo nos permite entender como os menos educados aceitam a pedagogia da repressão. Nessa forma de pensamento, também as coisas podem agir para causar efeitos. Lembrando que a primeira concepção de causa é aquela que Piaget chamou

de psicomórfica, que é quando, p. ex., um sujeito levanta o braço. Porém, quando há literalmente alguém ‘por trás das coisas’, um agente de verdade, esse ator real se torna a causa primeira do acontecimento, e, no caso específico da pedagogia, causa primeira do aprendizado. Dessa forma, os sujeitos reais se tornam substâncias, a partir das quais conhecimento emana, literalmente! Isso enfraquece o educando, aliena a atividade de aprendizado ao professor, e reforça uma visão autoritária e piramidal do mundo.

Logo, os educadores modernos não podem nem se entregar ao relativismo radical, traduzindo a divisão de trabalho já existente, nem ao construtivismo absoluto, que é paralisante quando absolutiza a consciência moderna de convergência do mundo a um processo de conhecimento do sujeito. Aceitar o relativismo ou o construtivismo radical significaria entregar o educando de mão beijada a uma forma de pensamento opressora, desenvolvida naturalmente na primeira infância de cada novo membro da espécie humana. O educador moderno pode, então, praticar o realismo construtivista ou o construtivismo realista:

Sim, há um mundo preexistente a se conhecer, aumento do conhecimento material sobre o mundo ao longo da história e da vida individual, assim como aprimoramento das operações mentais. Como também há formas de compreensão, de si mesmo e do mundo, e competências operacionais mais compatíveis com os desdobramentos da época moderna. O que exatamente podemos aprender com a modernidade? Isso nos ocupará no próximo passo.

## **EDUCAR PARA A LIBERDADE SIGNIFICA CRÍTICA, MAS TEM OBJETIVOS PRÓPRIOS**

Na primeira parte vimos que nós construímos nossos mundos a partir das condições naturais de nossa constituição antropológica. Os sujeitos humanos dão conta da tarefa de construção de mundo com as ferramentas do pensamento e da linguagem. Nossas caixas de ferramentas, no entanto, não vêm prontas para agir na sociedade. Também nossas operações intelectuais se desenvolvem, mas somente até o ponto que permita agir no mundo sem grandes frustrações. Ninguém joga fora as ferramentas que funcionam. Para que nossa caixinha de ferramentas intelectuais mais primitiva se torne obsoleta é necessário que haja mudanças objetivas em nosso entorno e nas circunstâncias no campo das experiências que queremos processar. A sociedade se tornou mais complexa socialmente com a invenção da escrita, a conexão das práticas de vida pelo mercado, a dominação dos reis sobre a organização social. Todas essas foram mudanças que precisaram ser processadas intelectualmente e mudaram a consciência dos sujeitos e suas leituras de mundo.



As revoluções científicas mudaram nosso entendimento de mundo, retirando qualquer estrutura mental ou espiritual da natureza. A revolução industrial mudou nossa consciência da organização social. As revoluções políticas mudaram nossa compreensão da dominação política e forçaram uma diferenciação entre poder político e poder econômico. Estamos cientes de que, se tivermos dificuldades de agir no mundo para satisfazer nossos interesses de uma vida autônoma levada em meio ao pensamento e à linguagem, podemos tentar mudar a sociedade mudando os políticos, os pressionando, ou também podemos viver numa comunidade alternativa e etc. Essa consequência quase anárquica é um dos resultados do iluminismo.

Na segunda parte do artigo, no entanto, percebemos que cada um de nós nasce no ponto zero da cultura, de modo que todos nós temos a tarefa de construir o mundo desde a posição inicial. Também as categorias precisam se formar. Assim sendo, nós desenvolvemos estruturas de pensamento e esquemas de explicação que podem atrapalhar na hora de agirmos em um mundo tão complexo. Não é à toa que a forma democrática de vida e a de organização social são justamente fenômenos bem recentes na história. A maior parte da história conheceu somente a regra da dominação e da violência. Nada é mais natural, no entanto, que partidos e capitalistas aceitem, aprovelem ou até se aproveitem conscientemente da lógica primeva de leitura de mundo, porque, como a segunda parte teve a intenção de demonstrar, essa forma de construir o mundo facilita a dominação. Facilita e consegue justificar. Não são interesses e necessidades do sujeito que estão sendo inibidos *realiter* por outros sujeitos mais fortes, mas é “a cultura do sujeito que é assim”. Ou: “A cultura faz (sic!) o sujeito nem pensar nisso de ganhar autonomia”. Por isso nossa atenção agora se volta a todos os outros que não são senhores do carma de ninguém. Uma educação para a liberdade não pode ser inocente de achar que métodos pedagógicos antiquados não podem ter uma utilidade extremamente atual. A educação patrimonial livre e democrática tem objetivos próprios de fato, reais, e muito bem articuláveis.

## **OS POSTULADOS DA MODERNIDADE**

Mudanças no entendimento do mundo não acontecem do dia para a noite. As mudanças não são abruptas nem na cabeça do indivíduo que passa primeiramente por um processo de desequilíbrio, então uma acomodação à realidade, para somente numa etapa seguinte assimilar o mundo da forma nova. Muito menos são abruptos os desenvolvimentos ao longo da história, onde o próprio conceito de

crise parece, ao menos para mim, antropomorfizar um processo histórico que é contínuo. Se entendermos por história, não mais uma sequência de ações ou atos e suas consequências, mas uma sequência de formas de vida, nas quais os seres humanos se abrem ao mundo (DUX, 1982, S. 25), a história se torna um processo compreensível e lógico.

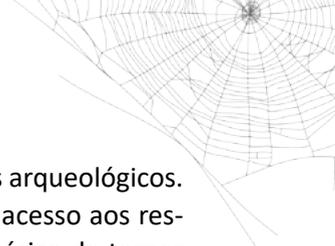
Uma das transformações mais importantes para o nosso tempo foi o processo de revolução científica dos sec. 16-17 que retirou estruturas reflexivas ou intencionais do entendimento da natureza. Os processos naturais já não podem mais ser entendidos daquela maneira tão bem articulada nas teorias de Aristóteles, onde p. ex. a rosa se encontra em potência na semente, se torna rosa, para no momento seguinte decair daquele caso modelo da espécie que a rosa necessariamente se tornara. Um modo de ver o mundo que, como bem viu o historiador da arte E. H. Gombrich, leva seguramente a frustrações, já que se espera da semente uma forma preconcebida de rosa (GOMBRICH, 2002). Com a revolução das ciências naturais, a natureza perde o carácter de emanção do ser absoluto, ou de continuação de um ato divino. De modo geral a lógica de ação subjetivista já não se aplica para o lado do objeto. Ainda assim a lógica absolutista, ou o paradigma orgânico como no contraste com o paradigma mecanicista, se manteve válida durante bastante tempo do lado do sujeito. O amor romântico é um exemplo, porque encontra no sujeito o absoluto, o Ser, que não se encontrava mais nos objetos ou na natureza, que é simples processo, sem sentido ou finalidade. Amor, enquanto junção da intimidade e sexualidade, sempre houve na história (cf. DUX, 1994), só que não da forma romântica.

As categorias do entendimento no idealismo transcendental são outro exemplo da dificuldade de compreender as faculdades do sujeito enquanto processos naturais, com dimensões filo- e ontogenéticas. As categorias de Kant foram uma solução, enquanto não se podia levar em consideração a teoria da evolução das espécies ou o desenvolvimento do aprendizado da criança (cf. DUX, 1989, 2011), primeiramente explicitadas nas obras de Darwin e Piaget respectivamente. Porém, o pensamento reducionista prevalece também enquanto se entende a matéria como substância, à qual até a vida única do sujeito humano se reduziria. As teorias psicanalíticas com suas mitologias, e suas ênfases em pulsões originais, explicadas por eventos originários dos primórdios da pré-história, são teorias que entram em dificuldade logo que tentam explicar o modo de transmissão das pulsões e desses eventos traumatizantes originários de um sujeito para o outro, então, seus defensores inventaram que eventos culturais na vida de um indivíduo se gravariam nos genes (DUX, 1992, p. 218-260), retroagindo na matéria. Outros inventaram também a categoria de *memes*, análogos culturais dos genes, que, diferente dos genes, não são um termo científico de forma alguma, pois não servem como etiqueta a

nenhum fenômeno objetivo (HALLPIKE, 2011). A filosofia de Nietzsche no final do sec. 19 é um exemplo dessa tentativa moderna de reduzir o homem à natureza e o filósofo alemão acabou (re)inventando a metafísica mais antiga da humanidade, a do tempo cíclico na sua famosa teoria do eterno retorno (DUX 1989, p. 349-370). O primado da natureza é temporal e não ontológico. Até Karl Marx procurou nas necessidades naturais os pré-requisitos do primeiro “ato histórico”: o ato da sobrevivência, ou o ato de produção dos meios de subsistência (MARX, 2013, S. 27-29). Se atos, substâncias ou princípios, a lógica da origem é a mesma, que vamos ultrapassar, porque ideologia é isto: um modo de explicação que não faz mais sentido.

Nós já não precisamos, nem podemos mais, reduzir todos os fenômenos humanos e sociais às suas condições de possibilidade naturais, como se a natureza fosse o ser absoluto de onde emana a realidade e sua justificação. De modo que, também as ciências sociais e humanas têm mudado de paradigma, fugindo de explicações em forma de se-então. Só que, a tendência reducionista nos nossos esquemas de explicação restringe e bitola o entendimento dos fatos sociais que são históricos. Portanto, um dos desafios fundamentais para a educação patrimonial é permitir uma visão diferenciada da sociedade através de reconstruções históricas. Obviamente não se pode forçar ninguém a empreender reconstruções científicas, mas dá para ajudar, desafiar, provocar, assistir e apoiar, enfim, oferecer suporte. As capacidades cognitivas operacionais mais modernas são relevantes porque concorrem com um outro processo importante dos últimos tempos, o da revolução política, com cada vez mais sujeitos conscientes de que a forma de organização social é uma construção e que, p. ex. através do voto, essa construção pode ser alterada e moldada pelos sujeitos cidadãos.

Uma educação para o patrimônio antropológico, histórico e social tem assim a missão importante de lembrar que a consciência da construtividade da vida humana também passa por um processo de construção. Sem os desafios cognitivos necessários ou a infraestrutura adequada, sem salários decentes para os trabalhadores da área cultural, para que esses se sintam estimulados a realizar o trabalho de comunicação na esfera pública, enfim, sem a educação patrimonial abre-se um espaço para a perda do senso de que a ordem social é factível e se faz uma chamada amigável para uma lógica de dominação. Para os políticos é mister lembrar que dominação é sempre uma cujas consequências não estão sob controle, e será uma que as V. Exs. não gostam (cf. Trump). Paralelamente as reconstruções do patrimônio fomentarão a percepção de que o mundo humano converge para um processo de conhecimento subjetivo, estimularão a reconhecer a diferença entre signo e referente, entre o pensamento, a linguagem e a realidade. A tentativa de ganhar competências de ação sobre o mundo encontrado é mediada por construtos



e esquematismos, que encontram objetivações p. ex. nos resquícios arqueológicos. O trabalho do patrimônio cultural é duplo de, enquanto criando o acesso aos resquícios, mostrar como os últimos foram as mídias do processo histórico de tornar o mundo acessível. O que foi construído, com ajuda da dimensão mental, pode ser compreendido por reconstrução.

A consciência da convergência do mundo ao sujeito é parte da crítica do conhecimento praticada desde o iluminismo, com aquela por Kant cunhada “revolução copernicana” na teoria do conhecimento. Porém, muito além de estimular o pensamento crítico, deveríamos procurar que o mundo do sujeito se expanda no sentido concreto de desabrochar a existência nas dimensões espaciais e temporais. Que se saia do presente primitivo, como o filósofo H. Schmitz chama a experiência de “eu, aqui e agora”, dando um tapa desafiador na mente, no pensamento e na linguagem. Assim o sujeito se torna capaz de reconhecer que a realidade não só o precede como é acessível ao processo subjetivo de conhecimento. O reconhecimento dessa independência do mundo, e do conteúdo de realidade objetiva contido em nossos construtos, os dos sentidos assim como os do pensamento e os da linguagem, é condição de possibilidade para a questão da justiça, enquanto reivindicação contra a sociedade, no reconhecimento de questões estruturais objetivamente injustas, que inibem a satisfação das necessidades dos mais diversos sujeitos, e sob as quais o sujeito sofre quando tenta agir no mundo. Afinal, nem tudo é problema psicológico. De vez em quando é a sociedade que é injusta mesmo.

Segundo o sociólogo Günter Dux, os postulados da modernidade são, além da mudança no esquema de explicação para o paradigma processual, o postulado da convergência do mundo ao sujeito, concomitante com o postulado da consciência da construtividade do mundo humano, do mundo social e do mundo interior subjetivo, e a consciência da historicidade do mundo em oposição às explicações míticas. Os postulados de convergência, construtividade e historicidade possibilitam também o postulado da justiça orientado contra estruturas sociais, que podem ser transformadas já que são humanas e históricas. Esses desdobramentos seguem uma linha de desenvolvimento histórico passando pela revolução das ciências naturais no século 16 e 17, e as revoluções industrial e política dos séculos 18 e 19 (cf. DUX, 2011). A exigência por justiça na sociedade moderna já não é aquela metafísica, amparada no absoluto, que enxerga qualquer ordem estabelecida como justa porque emanando de um ato de criação, e, portanto, exigir justiça seria exigir restauração ou manutenção da ordem, nem é aquela justiça formulada primeiramente na Grécia antiga que ainda se mantinha direcionada a um ato concreto de um líder político, onde alguns atos emanados da liderança política podiam ser injustos ao causar transtornos e inibir a satisfação de certas necessidades. Exigir justiça

significa hoje exigir a construção real das condições objetivas de possibilidade para uma vida autônoma para todos os sujeitos, enquanto vida que faça sentido, em meio ao pensamento e à linguagem (DUX, 2013).

O postulado de justiça moderno é consciente da maleabilidade da organização social, mas exige do sujeito operar com pensamento de sistema. O pensamento de sistema é descentrado e consegue coordenar diversas ações em um mesmo momento presente, em uma fatia de tempo. Descentrar o pensamento de uma só ação para um sistema de diversas ações concomitantes permite pensar o mercado e a sociedade enquanto categorias relacionais. Já o postulado de justiça se volta contra duas contradições da sociedade moderna (DUX, 2008, p. 272). A primeira contradição é entre a definição autônoma pelo sujeito de como levar a vida e o sistema do mercado, formador das conexões entre as práticas de vida, que prioriza o lucro e a acumulação de capital sem levar em conta os interesses e motivações do sujeito (*id.*). A segunda contradição é constitutiva do mercado. Se por um lado o sistema econômico convida a incluir os sujeitos na economia, por outro, só se incluem no mercado aqueles sujeitos tidos como úteis ao lucro e à acumulação de capital (*id.*). Para, no entanto, entender isso tudo e exigir justiça é necessário estimular a consciência da feitura ou construtividade do mundo humano. Com isso, o sujeito se torna também capaz de pensar organizações alternativas.

O sujeito pode, assim, se desprender da visão das ciências econômicas que chegam a considerar a justiça uma categoria tão metafísica quanto a igualdade (cf. DUX, 2008, p. 229-252). O mercado é o sistema formador das conexões entre as práticas de vida no processo formativo da sociedade moderna há séculos, nisso economistas tem razão, eles estão certo também quanto aos limites do sistema econômico. Só que, o postulado da justiça se direciona ao sistema político, que tem que propor um jeito de proteger excluídos e mal incluídos, e lhes propiciar uma vida humana levando em conta a dimensão de sentido da constituição antropológica. No entanto, essa consciência não chega aos políticos se seus eleitores também já não conseguem enxergar alternativa à lenga-lenga dos economistas operada por uma incapacidade cognitiva de enxergar diferenciações sistêmicas na sociedade.

Uma reconstrução científica tornará possível a apreensão do mundo preexistente, de modo a evitar uma alienação regressiva, onde o sujeito se compreende somente como margem, *limes* do mundo, do social e do natural. Sobre a matriz sujeitadora, o sujeito pode perder contato com o mundo e boiar na existência, embora o mundo seja real e a possibilidade de conhecimento implique o fato de que já os nossos sentidos abocanharam algo da realidade, nem que seja um grãozinho da verdade. A reconstrução a partir das condições de possibilidade de próximos desenvolvimentos, onde antecedente não causa nem contém o procedente, porém

um desenvolvimento anterior somente limita alguns desenvolvimentos e possibilita outros, e o que surge em cada momento é assim um sistema novo, uma organização social ou uma forma de vida, que não estava presente dessa forma nos níveis anteriores, que configuraram o ponto de partida no tempo. Uma reconstrução assim, quando bem articulada na mente, constrói as condições de possibilidade de autonomia para uma vida definida com sentido e levada em meio ao pensamento e à linguagem, porque fornece meios intelectuais para cair em si, se percebendo parte do mundo em que se vive<sup>5</sup>.

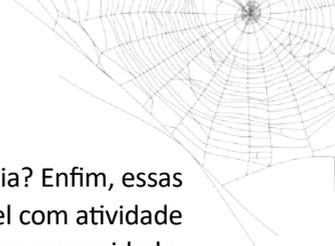
Assim, a educação patrimonial, à altura de nosso tempo, tem como objetivo desejável incentivar a consciência da construtividade do mundo humano, desafiando o sujeito a reconstruir o passado processualmente até que esse se torne compreensível, sem deixar espaço para obscuridades metafísicas que tomem o lugar da agência do sujeito empírico. Postular que qualquer outro elemento do ambiente age no lugar do ser humano, seja ele os genes, os impulsos psicológicos ou os valores, ou até mesmo, em um momento de incompreensão, postular a categoria da decisão, são métodos que tendem a enfraquecer a pessoa, pois trocam o sujeito real por fenômenos e situações já institucionalizadas e, portanto, já transformadas socialmente (cf. DUX, 1987). “Valores, esta é a Quintessência, desempossam o sujeito porque mantêm uma aparência falsa de uma autonomia, a qual já foi absorvida há muito tempo pela ordem institucional” (*id.*, p. 151, trad. minha). Já decisões são tomadas sob condições objetivas e compreensíveis.

Lembrando que ação é sempre sociocultural e não animal. O sujeito tem que agir para cuidar de si enquanto organismo com interesses autorreferenciais, certamente, mas só age com consciência, vontade e em um mundo organizado conceitualmente. Além disso, condição de possibilidade real para um mundo mediado por linguagem é uma comunidade também real. Nada disso pode ser pensado nessa forma humana para o mundo animal. Também deveríamos tentar estimular a consciência da convergência da verdade ao sujeito, que é o único remédio contra o dogmatismo, e mantêm a possibilidade aberta ao diálogo racional que é também um dos fundamentos básicos da constituição democrática: a única forma de vida e organização social capaz de aprendizado.

As instituições culturais também deveriam se colocar a tarefa, seguindo os desenvolvimentos citados anteriormente, de construir espaços públicos que evitem tanto uma alienação objetal, que é a identificação completa com um papel institucional como juiz ou professor, e evitem também uma alienação regressiva, onde o sujeito se recolhe do mundo e se percebe como fronteira da realidade ou como mar-

---

5 Cf. a definição de filosofia em Schmitz (2010) enquanto um *Sichbesinnen des Menschen auf sein Sichfinden in seiner Umgebung*.



gem extrema da sociedade. O que estaria do lado de fora da existência? Enfim, essas formas de alienação são desumanas. Além disso, sentido só é possível com atividade e com interações linguísticas, cuja condição de possibilidade real é uma comunidade. A comunidade não precisa ser compreendida como uma substância, na qual o sujeito deve participar para achar sentido na vida. Saudável para o sujeito é interagir. Melhor ainda se isso significar interagir nos museus, nas atividades do patrimônio, na reconstrução do passado, na procura por verdade sobre o mundo exterior, preexistente a todos nós, pensado modernamente sob a precedência temporal da natureza.

Todavia, ainda melhor seria se as paisagens na qual o sujeito se movimenta ganhassem sentido, não para aumentar o turismo nacional, mas para fortalecer a consciência de que quem traz sentido ao mundo é o próprio sujeito. Quem sabe, assim, as paisagens ganhassem sentido de tal modo que o trabalho do patrimônio cultural se tornasse invisível e, todavia, desejável para os cidadãos. Mas nunca será assim, a visibilidade do trabalhador cultural é importantíssima e engajamento será sempre necessário, e também para os trabalhadores da área cultural saudável, até certo ponto. Já que, quando a área cultural começa a ter que lutar por pura sobrevivência, (salários dignos, regulamentação da profissão e reconhecimento do trabalho do arqueólogo etc.), é sinal de que o sistema social já entrou em colapso, a república mostra novamente sinais de falência e o extremismo já deve estar batendo à porta de entrada do congresso. A área da cultura só oferece prevenção, já o remédio é assunto para as ciências políticas, e nossas práticas muito além de nossos papéis institucionais, e, por isso mesmo, extrapola as margens desse capítulo.

## REFERÊNCIAS

DUX, G. **Strukturwandel der Legitimation**. Freiburg: Alber, 1976.

\_\_\_\_\_. **Die Logik der Weltbilder**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1982.

\_\_\_\_\_. Das Ende der Werte – Zur Selbstbehauptung des Subjekts. *In*: OLK, T. & OTTO, H. (orgs.). **Soziale Dienste im Wandel**. Neuwied: 1987. s. n., p. 139-169.

\_\_\_\_\_. **Die Zeit in der Geschichte**: ihre Entwicklungslogik vom Mythos zur Weltzeit. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

\_\_\_\_\_. **Die Spur der Macht im Verhältnis der Geschlechter**: über den Ursprung der Ungleichheit zwischen Frau und Mann. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Geschlecht und Gesellschaft:** warum wir lieben, die romantische Liebe nach dem Verlust der Welt. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

\_\_\_\_\_. **Historisch-genetische Theorie der Kultur:** instabile Welten; zur prozessualen Logik im kulturellen Wandel. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2000.

\_\_\_\_\_. **Die Moral in der prozessualen Logik der Moderne:** warum wir sollen, was wir sollen. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2004.

\_\_\_\_\_. **Warum denn Gerechtigkeit Die Logik des Kapitals.** Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2008.

\_\_\_\_\_. **Historico-genetic Theory of Culture On the Processual Logic of Cultural Change.** Bielefeld: transcript Verlag, 2011.

\_\_\_\_\_. **Demokratie als Lebensform:** die Welt nach der Krise des Kapitalismus. Weilerswist: Velbrück, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOMBRICH, E. H. **The preference for the primitive:** episodes in the history of Western taste and art. London: Phaidon, 2002.

HALLPIKE, C. **Memetics: a darwinian pseudo-science.** In: HALLPIKE, C. Hrsg. On Primitive Society, and Other Forbidden Topics. s.l.: AuthorHouse UK, 2011. p. 104-127.

HORKHEIMER, M. **Zur Kritik der instrumentellen Vernunft.** Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2007.

MARX, K. Die Deutsche Ideologie. In: WERKE, S., v. 2, **Fruehe Schriften Teil 2.** Darmstadt: Lambert Schneider, 2013.

SCHMITZ, H. **Kurze Einführung in die neue Phänomenologie.** Freiburg: Alber, 2010.